



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

GABINETE DO DESEMBARGADOR JOÃO ALVES DA SILVA

ACÓRDÃO

EMBARGOS DECLARATÓRIOS N. 0064631-82.2014.815.2001

ORIGEM: Juízo da 17ª Vara Cível da Comarca da Capital

RELATOR: Desembargador João Alves da Silva

EMBARGANTE : Espólio de Idelzuite Meireles Araruna, representando por Maria Madalena Meireles Araruna Nunes (Adv. Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva – OAB/PB nº 11.589)

EMBARGADO: Banco do Brasil S/A (Adv. Rafael Sganzerla Durand OAB/PB 211.648-A)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO E ERRO MATERIAL. DESCABIMENTO DA MERA REDISCUSSÃO. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS.

- Os embargos de declaração consubstanciam recurso de integração, não se prestando para reexame da matéria. Não havendo omissão, obscuridade, contradição ou erro material no julgado, incabíveis se revelam os aclaratórios.

- À luz da Jurisprudência, “Constatado que a insurgência da embargante não diz respeito a eventual vício de integração do acórdão impugnado, mas a interpretação que lhe foi desfavorável, é de rigor a rejeição dos aclaratórios”¹.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, em que figuram como partes as acima nominadas.

ACORDA a 4ª Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, por unanimidade, rejeitar os embargos, nos termos do voto do relator, integrando a decisão a súmula de julgamento de fl. 387.

RELATÓRIO

Trata-se de aclaratórios opostos pelo Espólio de Idelzuite Meireles Araruna, representando por Maria Madalena Meireles Araruna Nunes contra decisão que indeferiu a gratuidade judiciária e determinou o pagamento das custas iniciais e recursais, sob pena de não conhecimento do recurso.

¹ STJ - EDcl no MS 13692 / DF – Rel. Min. Benedito Gonçalves – S1 – Primeira Seção - DJe 15/09/2009.

Irresignado com o provimento *in questo*, a embargante opôs recurso de integração, alegando, em apertada síntese, omissão e contradição na decisão, uma vez não houve manifestação acerca da gratuidade judiciária para os demais atos processuais, que a demanda em primeiro grau tramitou sob os auspícios da gratuidade judiciária, não podendo retroagir.

Ao final, pugna pelo acolhimento dos aclaratórios, a fim de sanar a contradição encontrada.

É o relatório que se revela essencial.

VOTO

Compulsando os autos, penso que o recurso não deve ser acolhido, vez que não se destina a suprir omissão, contradição, obscuridade ou erro material, mas, exclusivamente, rediscutir o acórdão, o que é impossível na via estreita dos embargos de declaração. A esse respeito, o artigo 1.022 do CPC preceitua o seguinte:

“Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;

II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;

III - corrigir erro material.

Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que:

I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento;

II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º.”

À luz de tal raciocínio, diga-se que não se detecta defeito a ser integrado no acórdão ora atacado, especialmente porquanto a lide fora dirimida com a devida e suficiente fundamentação, não tendo sido omissa em ponto algum.

Quanto a alegação de omissão quanto a gratuidade judiciária, conforme já explicitado, não verifico condições de hipossuficiência aptos a gerar a concessão da assistência judiciária para todos os atos processuais, razão pela qual rejeito a alegação.

Ademais, vislumbra-se que o desaparecimento da veracidade da alegada hipossuficiência financeira enseja a revogação do benefício concedido e a determinação para que seja efetuado o recolhimento das custas iniciais relativas ao

processo originário.

Nesse sentido é a jurisprudência dos Tribunais pátrios:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EMBARGOS DO DEVEDOR - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - REVOGAÇÃO - EFEITOS EX TUNC - RECURSO PROVIDO. Uma vez revogado o benefício da assistência judiciária, os efeitos dele advindos são verificados ex tunc, devendo a parte realizar todas as despesas que deixou de antecipar, haja vista que não deveria ter se valido de tal benefício. Recurso provido. (TJ-MG - AI: 10702073735434001 MG, Relator: Amorim Siqueira, Data de Julgamento: 12/07/2016, Câmaras Cíveis / 9ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 02/08/2016) (grifou-se).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. EMBARGOS DO DEVEDOR. REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA DEFERIDA AO EXEQÜENTE, APÓS JULGAMENTO DE PROCEDÊNCIA DE INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO INTERPOSTO PELOS EXECUTADOS. DETERMINAÇÃO DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS INICIAIS, SOB PENA DE CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO DOS EMBARGOS, AUTONOMAMENTE. VINCULAÇÃO DIRETA E INSUPRIMÍVEL COM O FEITO EXECUTIVO. EXEGESE DO ARTIGO 736, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. HIPÓTESE EM QUE, CASO HAJA A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO E CONSEQÜENTE DECLARAÇÃO DE PERDA DE OBJETO DOS EMBARGOS, PODERÃO OS DEVEDORES DEDUZIREM SUAS PRETENSÕES NA VIA ORDINÁRIA, COM EVENTUAL APROVEITAMENTO DE PROVAS JÁ PRODUZIDAS. DECISÃO A QUO CONFIRMADA. RECURSO IMPROVIDO. UNÂNIME. (grifo nosso) (TJRS - Agravo de Instrumento Nº 70063467906, Décima Oitava Câmara Cível, Relator (a): Des. (a) Pedro Celso Dal Pra, Julgado em 16/04/2015)

IMPUGNAÇÃO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - DESCONSTITUIÇÃO - PROVA - EXISTÊNCIA - CAPACIDADE FINANCEIRA E ECONÔMICA - PEDIDO PROCEDENTE - BENEFÍCIO REVOGADO.

- Compete ao impugnante demonstrar que a parte impugnada não faz jus à gratuidade judiciária.

- A desconstituição da veracidade da alegada hipossuficiência financeira enseja a revogação do benefício concedido e a determinação para que seja efetuado o recolhimento das custas iniciais relativas ao processo originário. (TJMG - Apelação Cível 1.0145.13.018755-5/001, Relator (a): Des.(a) Paulo Balbino, 11ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 07/05/2015, publicação da sumula em 13/05/2015).

Ressalte-se, ainda, que o STJ “tem entendimento pacífico de que

os embargos declaratórios, mesmo para fins de prequestionamento, só serão admissíveis se a decisão embargada ostentar algum dos vícios que ensejariam o seu manejo (omissão, obscuridade ou contradição)”(STJ - EDcl no MS 10286 / DF – Rel. Min. Félix Fischer – S3 – Terceira Seção - DJ 26/06/2006 p. 114).

Assim, arremato que, se a decisão envereda por interpretação equivocada ou que contraria os argumentos da parte recorrente, não há se falar em omissão, contradição ou obscuridade, tampouco em acolhimento dos embargos.

Sobre o tema, o Colendo Superior Tribunal de Justiça já decidiu que **“constatado que a insurgência da embargante não diz respeito a eventual vício de integração do acórdão impugnado, mas a interpretação que lhe foi desfavorável, é de rigor a rejeição dos aclaratórios.”**(STJ - EDcl no MS 13692 / DF – Rel. Min. Benedito Gonçalves – S1 – DJe 15/09/2009).

Nesses termos, **voto pela rejeição dos embargos de declaração.**

É como voto.

DECISÃO

A Quarta Câmara Especializada Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba decidiu, por unanimidade, rejeitar os embargos, nos termos do voto do relator.

Presidiu a Sessão Exmo. Des. Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho. Participaram do julgamento, o Exmo. Des. João Alves da Silva(relator), o Exmo. Des. Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho e o Exmo. Dr. Tércio Chaves de Moura (Juiz Convocado para substituir o Exmo. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira).

Presente ao julgamento a Dra. Marilene de Lima Campos de Carvalho, Procuradora de Justiça.

Sala de Sessões da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, João Pessoa, 14 de agosto de 2018.

João Pessoa, 15 de agosto de 2018.

Desembargador João Alves da Silva
Relator

